

Estuda-se novo limite para rolagem da dívida

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A primeira etapa do projeto do ajuste fiscal foi vencida ontem pelo governo, com a aprovação pela Câmara dos Deputados, em segundo turno, do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) e da manutenção no projeto do artigo que proíbe a emissão de novos títulos por estados, municípios e Distrito Federal e do que prevê a suspensão da imunidade fiscal, no caso da incidência do IPMF (ver matéria nesta página).

A decisão da Câmara agradou a área econômica do governo e, principalmente, o Banco Central (BC). "Esta decisão tem um significado importante para o mercado porque mostra que estamos na direção de fechar uma torneira importante para o controle monetário", avaliou para este jornal o diretor de política monetária do BC, João Heraldo Lima, referindo-se à aprovação do artigo que proíbe a emissão de títulos.

Antes do resultado da votação, logo após ter-se encontrado com o presidente Itamar Franco, no Palácio do Planalto, o governador Luiz Antônio Fleury Filho anunciou sua decisão de não atrapalhar a votação do IPMF, mas deixou claro que trabalharia contra o artigo que proibia a emissão de títulos: "se o projeto de lei da rolagem da dívida dos estados e municípios (enviado na semana passada ao Congresso Nacional) deixa a dívida mobiliária para a negociação direta com o BC, por que incluir este dispositivo (de limitação da emissão e rolagem da dívida mobiliária) na lei do ajuste fiscal?" indagava o governador.

Fleury saiu da audiência com o presidente Itamar Franco dizendo que ambos chegaram a "um bom termo" e que foram aparadas "toda e qualquer aresta". O próprio governador indicou, contudo, que as discussões em torno dos pontos polêmicos vão avançar mais adiante, envolvendo não só o projeto do ajuste fiscal como também a lei da rolagem da dívida. Um exemplo é o artigo que prevê a supressão da imunidade fiscal para estados, municípios e Distrito Federal no caso da incidência do IPMF, aprovado ontem. "Este assunto ficará para ser discutido na lei complementar que vai regulamentar o IPMF", acenou Fleury, preocupado com a perspectiva de ser derrubada a regra constitucional vigente, pela qual a União não pode tributar estados e municípios.

Mas o aspecto crucial do debate entre o governo fe-

deral e os estados vai abranger as condições e limitações da dívida mobiliária estadual. Mesmo que o artigo que proíbe emissões de títulos seja aprovado nos dois turnos do Senado Federal, não se terá esgotada em sua redação a preocupação do governo em amarrar as possibilidades de emissão de novos títulos estaduais. Quando for aberta a próxima rodada de entendimento sobre o refinanciamento da dívida mobiliária estadual com o Banco Central — algumas conversas preliminares com os estados de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul já foram iniciadas —, o governo federal tentará definir novo limite para a rolagem do principal daqueles títulos.

Pela norma acertada com o BC para efeito da troca dos papéis estaduais por Letras do Banco Central (LBC), uma alternativa que dá ao estado a oportunidade de rolar seus títulos no mercado a custo mais baixo, os governos dos estados tinham de se comprometer com resgate de 16% do principal em 1991 (só podiam, portanto, rolar 84% do principal) e de 17% em 1992 (podendo rolar 83%).

O governo do Estado de São Paulo critica esses limites: "Entre juros e resgate de títulos que tivemos de fazer gastamos US\$ 700 milhões nos dois últimos anos, em uma conjuntura que não dá nenhuma garantia de que a receita com o ICMS vai recuperar", explicou para este jornal o secretário da Fazenda paulista, Eduardo Maia.

"Não sou contra a restrição à emissão de novos títulos, dependendo das condições, o que ocorre é que as dificuldades que os estados tinham de rolagem da dívida mobiliária refletem-se agora na rolagem da dívida do governo federal e há mais de um ano alertávamos para isso", comentou o governador Fleury Filho, acrescentando que a questão deve ser equacionada de modo que "o atual governador não seja penalizado pela dívida de 30 anos e a forma a ser encontrada não deve pesar na capacidade de pagamento dos estados".

O diretor de política monetária do BC rebateu as colocações do governador, dizendo a este jornal que a autoridade monetária não tem nada a ver com o custo de financiamento de dívida dos estados: "São os financiadores desta dívida que pedem um prêmio", disse João Heraldo Lima, na expectativa de poder contar com a "boa vontade" do governo do Estado de São Paulo no encaminhamento das discussões sobre a rolagem da dívida mobiliária.